

# Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960<sup>1</sup>

Éder da Silva Silveira\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é caracterizar o contexto das divergências que marcaram o PCB e que deram origem a movimentos e instituições dissidentes como a Corrente Revolucionária Nacional, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR – e o PCdoB. São analisados documentos produzidos por órgãos da repressão, especialmente interrogatórios que circularam pelos Serviços de Inteligência das Forças Armadas nas décadas de 60 e 70 e que compõem o acervo do Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Comunismo. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Dissidência comunista.

## Sobre a cisão no PCB

O Partido Comunista do Brasil, sob a sigla “PCdoB”, surgiu no início de 1962, como resultado de uma cisão ocorrida dentro do PCB – Partido Comunista do Brasil<sup>2</sup>. Vários trabalhos<sup>3</sup> identificam sinais desta dissensão na década de 1950, quando o PCB optou em abandonar uma orientação política baseada na radicalização e na “[...] pregação de uma violência revolucionária imediata [...]”<sup>4</sup>, adotada como reação às arbitrariedades do governo Dutra, e em assu-

---

\* Docente do Curso de História da Ulbra São Jerônimo. Doutor em História na Unisinos. E-mail: dersilveira@yahoo.com.br.

mir outra posição que defendia uma revolução anti-imperialista e antifeudal através de um caminho pacífico e de uma frente ampla, democrática e nacional, adotada em apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek. Mesmo o Partido entendendo a vitória de JK como uma consequência da “[...] unidade das forças democráticas contra as forças golpistas articuladas em torno da candidatura de Juarez Távora [...]”, internamente o pacifismo não ganhou a adesão de todos os militantes, transformando-se em um dos fatores causais da dissensão<sup>5</sup>.

Um segundo fator que vem explicando a referida cisão, talvez o mais citado na historiografia, está relacionado ao impacto do Relatório Secreto de Krushev, lido no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou, e que amplamente fora difundido na imprensa da Esquerda e na situacionista<sup>6</sup>. Após a morte de Stálin, em 1953, Nikita Khrushchev, seu sucessor, apresentou o Relatório no XX Congresso, ocorrido em fevereiro de 1956. O documento, ao denunciar diversos crimes do stalinismo, abalou profundamente a estrutura do PCB. “O desmascaramento de Stálin”, como ficaria na memória de diversos militantes, modificaria olhares e sentimentos em relação ao “stalinismo” enquanto modelo para os revolucionários comunistas, conforme recorda Jacob Gorender:

Isso foi um choque muito grande. Porque Stálin, em vida, para os comunistas, era um super-homem, um sábio, um justiceiro. E depois ele morre, e pouco depois o Krushev desmascara. Ele era um homem arbitrário, cometeu atrocidades contra companheiros, exílios, até torturas. Então, ele passou a ser visto de outro prisma<sup>7</sup>.

A despeito da turbulência gerada neste panorama, particularmente em relação à identidade e à orientação política, o PCB manifestou-se de forma a apaziguar decepções, buscando certa manutenção das representações cultuadas em torno da URSS e que até aquele momento davam ao Partido certo poder de coesão. Em 24 de novembro de 1956, no jornal *Voz Operária*, Luís Carlos Prestes publicava o texto que ficaria conhecido como “Carta Rolha”, salientando aos companheiros comunistas:

[...] São inadmissíveis, portanto, em nossas fleiras e na imprensa feita com o dinheiro do povo quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo.<sup>8</sup>

Na mesma carta, Prestes reafirmava de forma incisiva que “[...] a unidade em torno do Comitê Central é sagrada para todos os comunistas”<sup>9</sup>. Nesse contexto, o núcleo dirigente buscou manter a unidade não apenas através da publicação de artigos de orientação ideológica e comportamental, mas principalmente, iniciando uma ofensiva aos jornais por publicarem textos que conclamavam o partido ao debate, assinados por militantes desolados pelas denúncias do Relatório Khrushchev e pela demora do PCB em manifestar-se oficialmente em relação ao assunto.

Osvaldo Peralva, ex-militante do PCB que teve forte atuação como jornalista e diretor de órgãos da imprensa comunista, desligando-se do Partido e de sua ideologia em 1957, denunciou a situação em “O Retrato”<sup>10</sup>. De acordo com Peralva, a discussão sobre assuntos ventilados no XX Congresso tomava cada vez mais espaço nas redações dos jornais, enquanto a direção do PCB, de fevereiro a setembro de 1956, mantinha-se “muda”, com “[...] a cabeça enfiada na areia, esperando que a tempestade passasse”<sup>11</sup>. Peralva informa que houve uma combinação para que Maurício Pinto Ferreira, do jornal *Emancipação*, escrevesse à *Voz Operária*, estranhando a calma que reinava no Partido em relação às denúncias do XX Congresso do PCUS e que, por outro lado, João Batista de Lima e Silva, redator da *Voz Operária*, respondesse ao texto de Maurício, iniciando, assim, um debate e entre os mesmos jornais. Conforme Peralva, o artigo de João Batista intitulado “*Não se Pode Adiar Uma Discussão que já se Iniciou em Todas as Cabeças*” foi publicado simultaneamente na *Voz Operária* e na *Imprensa Popular* em 6 de outubro de 1956, causando ira nos membros do Comitê Central, que atacariam o fato classificando-o como “indisciplina”<sup>12</sup>. A publicação do artigo de Batista parece ter tido efeito de pólvora em incêndio que se mostrava discreto. Logo foram publicadas cartas com menções de apoio, acirrando ainda mais os ânimos dentro do PCB. Osvaldo Peralva cita, por exemplo, uma carta do romancista

Jorge Amado que, segundo ele, dirigia o jornal literário *Para Todos* e que, na ocasião, enviou a correspondência apoiando Batista. Publicada na *Imprensa Popular* na semana seguinte, as palavras de Jorge Amado diziam:

Meu querido Batista:

Venho de ler teu artigo na Voz (Não se Pode Adiar Uma Discussão que já se Iniciou em Tôdas as Cabeças) e apresso-me em trazer-te meu abraço e minhas felicitações. Artigo pioneiro, artigo necessário, abrindo um debate que está ‘em todas as cabeças’ e que, como ainda não saiu das cabeças, sufoca todos os peitos, impede tôda a ação, todo o trabalho, pois ninguém pode ter entusiasmo (falo, é claro, de gente honesta e sã e não de oportunistas e carreristas) quando se sente cercado de sangue e lama e quando as consciências exigem que uma profunda, clara, completa e absolutamente livre análise dos erros seja feita, e de público, da qual todos nós participemos, desde o mais alto dirigente até a grande massa, que é a nossa própria razão de existir [...] <sup>13</sup>.

A exemplo da carta de Jorge Amado, muitas outras surgiram e serviram para que o debate se alastrasse, assim como as críticas e as divergências entre os “camaradas”. Além da sensação de “sangue e lama”, que abalaria a consciência de muitos comunistas brasileiros como se estivessem manchados a partir das denúncias do Relatório Khrushchev, o centralismo que caracterizava as tomadas de decisões na rígida estrutura partidária também passou a ser questionado com mais força, pois passou a representar um resistente obstáculo para que a “profunda, clara, completa e livre análise dos erros” fosse realizada.

Os posicionamentos dos comunistas brasileiros iriam diminuir ou perder força a partir da “Carta Rolha”. Militantes foram expulsos e muitos ficaram afastados de determinados setores e funções, e as redações de jornais passaram a sofrer interferência do núcleo dirigente do PCB, que passou a reprimir e a censurar tais manifestações. Sobre esse aspecto, Peralva salientou a violência utilizada pelo “núcleo dirigente” ao invadir a redação da *Imprensa Popular*: “[...] quebraram o jornal-mural dependurado numa parede,

insultaram os redatores e tentaram agredi-los”<sup>14</sup>. Além das medidas tomadas em relação à *Imprensa Popular*, Peralva destacou ainda a demissão do diretor da *Voz Operária* que, no conjunto de ações do Partido, deixava “[...] todos atemorizados com as demonstrações de força do núcleo dirigente”<sup>15</sup>.

Essas demonstrações alcançaram seu ápice quando, em abril de 1957, o Comitê Central do PCB aprovou duas resoluções versando sobre o tema da Unidade Partidária e o fim dos debates divergentes. Desse modo, o jornal *Voz Operária*, em 20-04-1957, sentenciava que “[...] nenhum comunista pode, assim, atuar fora da organização partidária a que pertence ou colocar-se à sua margem para emitir opiniões pessoais e manifestar divergências [...]” porque tais comportamentos significariam “golpear a unidade do Partido”, bem como “desenvolvimento de trabalho fracionista”<sup>16</sup>. O Relatório Khrushchev evidenciava, então, um dos motivos mais citados da cisão que originaria o PCdoB: o conflito entre stalinistas e antistalinistas.

Em relação ao tema da cisão do PCB da década de 1950, também existe a dissertação de Valter Pomar<sup>17</sup>. Conforme observou este autor, a maioria dos trabalhos explica a cisão como “[...] resultado de três variáveis fundamentais: o conflito entre ‘stalinistas’ e ‘anti-stalinistas’ no interior do Partido Comunista; o conflito entre as linhas ‘soviética’ e ‘chinesa’; e o conflito entre a ‘via pacífica’ e a luta armada”<sup>18</sup>. A análise de Valter Pomar sublinha que a explicação sobre a cisão ganha mais sentido se considerarmos que a visão que os comunistas do Brasil tinham acerca da realidade brasileira sempre demonstrou ambiguidade.

Tal ambiguidade pode ser sintetizada numa frase: o “comunismo” brasileiro tinha como um de seus objetivos fundamentais “desenvolver o capitalismo”. O pressuposto – presente, mas não indispensável – diz respeito ao caráter feudal, semi-feudal ou colonial da sociedade brasileira: nesta linha interpretativa, o Brasil sofreria mais por falta de capitalismo do que por sua ação.<sup>19</sup>

Uma característica do movimento comunista brasileiro estava relacionada, conforme evidenciou Valter Pomar, nas interpretações

assumidas sobre o Brasil, especialmente a respeito das estruturas e conjunturas de sua “realidade”. De acordo com essas interpretações, os partidos comunistas definiam estratégias a partir das orientações recebidas sobre o caminho que levaria à revolução que implantaria o socialismo no país. Passemos, nesse sentido, a uma pequena digressão.

Em relação ao PCB, as “ideias que fizeram a cabeça da esquerda”<sup>20</sup> brasileira, antes e depois das denúncias do Relatório Khrushchev (principalmente antes), geralmente estavam em consonância com as teses ou orientações da III Internacional e do PCUS.

A III Internacional Comunista<sup>21</sup>, conhecida também como “Comintern”, em seu 2º Congresso (1920), aprovou teses sobre a questão nacional e colonial que deram orientações aos “países coloniais e atrasados” sobre os caminhos a adotar para a realização da Revolução Socialista. A rigor, as orientações do Comintern definiam que para ocorrer a “Revolução Proletária” era necessário que, em uma primeira etapa, os partidos comunistas apoiassem nos “países atrasados” as “democracias burguesas”. No Brasil, por exemplo, o PCB apoiou no início da década de 1940 o governo de Getúlio Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial, onde se combateu o nazifascismo. Acreditava-se, de forma preponderante, que não existiam no Brasil as condições capitalistas de produção necessárias à Revolução. Internamente, sobretudo a partir das Teses da III Internacional, via-se o Brasil como uma nação “atrasada” onde predominavam “relações feudais” ou “semifeudais”, principalmente por dominar no país o latifúndio, bem como monopólios em diversas áreas de empresas oriundas de países imperialistas. Assim, ao atentar que tal ambiguidade estratégica poderia ser sintetizada na frase “[...] o comunismo brasileiro tinha como um de seus objetivos fundamentais desenvolver o capitalismo [...]”, Valter Pomar chamou atenção para o olhar da esquerda comunista sobre o Brasil que, em mais de um momento, definiu sua conduta de apoio às “burguesias locais” para que o Brasil entrasse em uma etapa “realmente capitalista”, imprescindível para que a Revolução Socialista então ocorresse. Todavia, não é a ambiguidade que nos parece “estratégica”, como salientou Pomar, mas, sim, a estratégia para alcançar o socialismo que foi ambígua: chegar ao socialismo

passava por desenvolver o capitalismo. Essa “estratégia”, mesmo depois da dissolução do Comintern, em 1943, seria recorrente. Foi o caso, por exemplo, da postura do PCB em relação ao governo de Juscelino Kubitschek. No contexto de desenvolvimento industrial dos anos JK, como referiu Deusa Maria de Souza, a direção do PCB acatou as teses do XX Congresso do PCUS, de autoria de Krushev, teses que “[...] apontavam para a perspectiva da coexistência pacífica, direcionando para uma reconciliação entre burguesia e operariado”<sup>22</sup>.

Por conseguinte, como esclareceu Valter Pomar, bem antes da cisão de 1962, conviviam “[...] duas almas do comunismo, uma moderada e outra radical, mas ambas etapistas [...]”, e que “[...] alternavam-se no comando do Partido [...]”<sup>23</sup>. Para ele, elas

[...] desdobravam-se em duas condutas (ou “linhas”) fundamentais e contraditórias entre si: a primeira acentuava a necessidade de alianças com frações burguesas e defendia um abrandamento na ação e no programa partidários; a segunda acentuava as alianças com a pequena burguesia urbana e rural, defendendo a radicalização do programa e da ação partidária. Ambas as “linhas”, entretanto, remetiam para o mesmo esquema estratégico.<sup>24</sup>

Em consequência disso, para o autor “[...] o Partido realizava correções periódicas em sua ‘linha’, [...] produzindo um movimento pendular: da luta pela derrubada de Vargas à política de União Nacional [...]” e, assim, sucessivamente. Mas, além das influências da III Internacional e do PCUS, os comunistas brasileiros também se orientaram através de uma produção intelectual que surgia dentro do próprio partido. É necessário lembrar que internamente o PCB também se alimentava de produções e posicionamentos intelectuais que, conforme explicou Jacob Gorender, “[...] originaram orientações de pensamento traduzidas em dissensões políticas e cisões organizativas”. Dentre outros exemplos, Gorender citou a grande recepção de “A Revolução brasileira”, livro de Caio Prado Junior, publicado em 1966. A obra de Caio Prado, observa ele, “[...] massacrrou a tese pecebista sobre o feudalismo no passado histórico do

país e as consequentes ‘sobrevivências feudais’ na atualidade”<sup>25</sup>. Da mesma forma, muitas outras produções intelectuais contribuíram para fomentar debates e reorientar os pensamentos e dissensões políticas da esquerda. Gorender também salienta, por exemplo, as obras de Octávio Ianni (1968) e de Celso Furtado (1968). Mas, como não é objetivo realizar uma síntese das “ideias que fizeram a cabeça da esquerda”, retornemos a uma das principais interrogações de Valter Pomar: “[...] por que nos anos 60 tornar-se-ia cada vez mais difícil compatibilizar, numa mesma organização, a ambiguidade estratégica característica do movimento comunista brasileiro?” Valter destaca em sua resposta o papel que a conjuntura do final dos anos 50 e início dos anos 60 teve na constituição do PCdoB. Para ele, “[...] é nesse período que condensam-se as contradições que desembocarão no movimento pelas reformas de base e na ditadura militar de 1964”. Foi um período que apresentou “[...] um processo de diferenciação social e radicalização política do conjunto das classes sociais existentes no Brasil, em particular da classe trabalhadora e dos chamados setores médios [...]”, bem como uma “[...] radicalização visível no seu comportamento social e político, na conduta de suas organizações sindicais e partidárias [...]”<sup>26</sup>.

O período entre setembro de 1961 e fevereiro de 1962 foi de aguçamento da luta política e social, que continuaria num crescendo até o golpe militar de 1964. A título de exemplo, podemos citar o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (novembro de 1961), o surgimento do Centro Popular de Cultura (dezembro de 1961) e o processo de desapropriação da Cia. Telefônica Nacional, subsidiária da ITT, iniciada exatamente em fevereiro de 1962, pelo então governador gaúcho Leonel Brizola. [...] Em qualquer caso, é impossível dissociar a ocorrência da cisão de 62, naquele momento e não antes, daquela forma e não de outra, do contexto político-social “de confrontação permanente” vigente no Brasil no início dos anos sessenta e que se aprofundaria ao longo da década<sup>27</sup>.

A partir do final dos anos 50, conforme sublinhou Pomar, o PCB acompanharia a crise da “combinação entre populismo, nacio-



nalismo e industrialização”. Para ele, “o populismo conferia plausibilidade” à estratégia do Partido Comunista da possibilidade de uma aliança entre camponeses, trabalhadores e “burguesia nacional”. Todavia, no final dos anos 50 e início dos anos 60, alguns acontecimentos dentro e fora do Brasil evidenciavam a organização das classes trabalhadoras, de partidos e maior disposição quanto à ideia de que era possível a radicalização da luta política em prol da revolução. Naquele contexto, como falamos anteriormente, ganhavam espaço algumas produções intelectuais de esquerda que contribuíram para a crítica ao pacifismo do PCB. Desse modo, como sugeriu Pomar, é pertinente pensar no papel da conjuntura daquele período para compreender a cisão, uma vez que nela a interpretação de que havia condições para a radicalização da luta em prol do socialismo ganhou mais força. Permanecer em uma linha moderada em um contexto que indicava uma nova configuração efervescente e favorável a uma radicalização da luta política foi uma postura do PCB que aprofundou suas divergências internas, abrindo caminho não só para a cisão de 1962 como para a pulverização de outros movimentos dissidentes.

Um terceiro fator explicativo da cisão do PCB que deu origem ao PCdoB estaria nas divergências sobre as definições ideológicas. Uma ala optava por uma linha chinesa e outra defendia permanecer com a orientação soviética. Jean Rodrigues Sales, assim como Valter Pomar, observou que os argumentos em defesa desse fator sofrem de duplo anacronismo. Primeiro porque “[...] entre 1956 e 1962, as referências sobre a China nos documentos do PCB não eram matéria de disputas e divergências políticas [...]” e porque, “[...] ao surgir em 1962 o PCdoB não estabeleceu relações preferenciais com nenhum partido comunista [...]”<sup>28</sup>. Segundo, “[...] é o fato da ruptura pública entre os chineses e os soviéticos não se ter dado antes de 1963, portanto, após a fundação do PCdoB”<sup>29</sup>.

Um quarto fator estaria na divergência de interpretações quanto à forma em que deveria acontecer a “revolução” no Brasil. Basicamente, as opiniões dividiram-se em dois polos, o da via pacífica e da luta armada. Da mesma forma, Sales sublinha que se trata de uma outra ideia de difícil sustentação. Em atenta leitura do “Manifesto Programa” do Partido<sup>30</sup>, Sales concluiu que

[...] diferentemente do que é apontado pela quase totalidade dos trabalhos sobre o PCdoB, o partido não faz opção explícita pelo uso da violência revolucionária como caminho privilegiado para atuação antes do golpe de 1964, o que só faria, não sem dificuldade, no decorrer da segunda metade da década de 60.<sup>31</sup>

O desenlace desse processo de lutas internas dentro do PCB foi marcado pela divisão dos comunistas brasileiros em dois grupos. Um liderado por Luís Carlos Prestes e, outro, sob liderança de João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois. O Comitê Central do partido liderado por Prestes, que fora eleito durante o V Congresso do PCB, tentando “[...] descaracterizar os vínculos com a URSS e acentuar o caráter nacional da organização visando à legalização [...]”<sup>32</sup>, aprovou em uma Conferência Nacional, ocorrida em 1961, novos estatutos para o partido, abolindo dos textos referências expressões como “marxismo”, “leninismo”, “ditadura do proletariado” etc., e alterou o nome original do PCB – “Partido Comunista do Brasil” – para “Partido Comunista Brasileiro”, mantendo, porém, a mesma sigla (PCB). O grupo liderado por Amazonas, Pomar e Grabois, em fevereiro de 1962, elegeu um novo Comitê Central e promoveu uma reorganização com criação de outros estatutos, mantendo o nome original – “Partido Comunista do Brasil” – porém, com a adoção de uma nova sigla: “PCdoB”. Nasceu, assim, o PCdoB.<sup>33</sup>

No que diz respeito às motivações da cisão do PCB que originou o PCdoB, é importante, também, ratificar as observações de Jean Rodrigues Sales quando sublinhou o “[...] papel desempenhado pela disputa de poder dentro da estrutura partidária[...]”, acrescida da prática de expulsões de militantes como resolução das divergências dentro do partido. Para Sales, “[...] é possível afirmar que a cisão de 1962 é mais um capítulo da longa tradição de expulsões no PCB”<sup>34</sup>. Característica dos partidos comunistas, a expulsão de um membro do partido por se mostrar contrário às determinações e orientações do grupo dirigente servia como importante elemento de controle e um instrumento eficaz para a manutenção de um poder disciplinar que, centralizado no núcleo dirigente, operacionalizava juntamente com outros fatores formas de manter a coesão partidária.

O golpe militar de 1964 acirrou ainda mais os ânimos dos descontentes com a política pacifista da direção do PCB, presente nas diretrizes do partido desde o IV Congresso realizado, em 1958, e reafirmadas no V Congresso, em 1960. O golpe militar, assim como o Relatório Krushev, trazia novamente a necessidade de uma discussão “[...] profunda, clara, completa e livre análise dos erros [...]”, como disse Jorge Amado em 1956.

Após o golpe militar, somaram-se aos motivos da cisão dentro do PCB os posicionamentos críticos de Jacob Gorender, Manoel Jover Teles, Apolônio de Carvalho, Miguel Batista dos Santos, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, que arrazoaram o Comitê Central do partido por não ter preparado seus militantes para resistir ao golpe militar. Jover Teles, Gorender e outros militantes permaneceriam no partido após a cisão e, depois do golpe de 1964, articulariam dentro do PCB uma corrente crítica ao Comitê Central, até serem expulsos em 1967.

Em maio de 1964, a Comissão Executiva do PCB realizou em São Paulo o seu primeiro pronunciamento após o golpe militar, intitulado “Esquema para Discussão”. Tratava-se de um escrito que propunha pensar uma mudança de orientação. Trechos desse documento podem ser lidos no Inquérito Policial Militar 709:

Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação [...]. É necessário analisar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo. Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do P. será possível aprofundar a análise autocrítica e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros.<sup>35</sup>

Ilhados no Rio de Janeiro, recordou Gorender, apenas “[...]Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim Jr. compareciam às primeiras reuniões da Executiva”<sup>36</sup>. Como a maior

parte da direção do PCB estava fora do Rio e como Prestes não tinha segurança para a locomoção necessária, criou-se uma situação “muito efêmera” que possibilitou que a “maioria de esquerda” elaborasse o “Esquema para Discussão”. Todavia, com as prisões de Mari ghella e de Mário Alves, em maio e junho de 64 respectivamente, e a partir do retorno de Prestes e de outros membros da direção às reuniões, o “Esquema” seria revogado. A partir daí, novamente como em 1956, qualquer tentativa de avanço de proposições auto-críticas sobre o pacifismo seria proibida e, de certa forma, controlada pela direção do Partido. Assim, outra vez em nome da “unidade”, o PCB buscou desarticular a necessidade de discussão e avaliação dos erros do Partido, desta vez no contexto do golpe Militar, passando a designar tarefas em outras cidades ou estados aos principais militantes envolvidos no movimento de autocrítica. Foi nesta conjuntura, por exemplo, que Jacob Gorender foi designado pela Direção Nacional do Partido para atuar no Rio Grande do Sul e Mário Alves, após sair da prisão, encarregado para agir em Belo Horizonte.

Em maio de 1965 ocorreu em São Paulo a primeira reunião do Comitê Central do PCB depois do golpe militar. Nela, a linha política do V Congresso do PCB (1960), baseada na aliança de longo prazo e no pacifismo, foi ratificada sob a alegação de que havia sido mal aplicada. “A causa da má aplicação” na visão dos dirigentes, endossa Gorender, teria sido o desvio de esquerda, “[...] expressão do jargão comunista que indica superestimação das próprias forças [...]”, ou “[...] avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo, etc.”<sup>37</sup> Esse “desvio de esquerda”, na referida reunião, foi caracterizado ou denominado de “golpismo”. Neste contexto, Jover Teles estava dentre os militantes acusados de “golpistas”. Sobre esse episódio, registrou Gorender:

Havia responsáveis maiores e menores pelo golpismo. Os maiores precisavam ser individualizados, os menores eram referidos no plural sem face. Assim é que os ataques individualizados se concentraram na Comissão de Educação (Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho) e na direção sindical (Jover Telles). Já estavam escolhidos os bodes expiatórios a serem sacrificados.<sup>38</sup>

Após a referida reunião, Gorender, Mário Alves, Manoel Jover Teles, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos decidiram permanecer no PCB para “[...] travar uma luta interna, sem ilusão em triunfo”. Assim, nacionalmente, “[...] a oposição interna ao Comitê Central recebeu o nome de Corrente Revolucionária, ou simplesmente Corrente”<sup>39</sup>.

## Da Corrente Revolucionária ao PCBR

Assertivamente, Gustavo Falcón definiu a Corrente como uma “[...] heterogênea tendência crítica desenvolvida no interior do PCB”<sup>40</sup>. Porém, diferentemente deste autor que indica a origem da Corrente em 1966, entendemos que suas origens, enquanto “tendência crítica” no interior do partido, data de período anterior, já nos anos 1950, quando o posicionamento crítico de uma parcela de militantes tendia a não mais aceitar a estratégia de ação assumida pelo Comitê Central do PCB. Como vimos anteriormente, antes mesmo dos anos 60 já havia dentro do PCB um grande problema de coesão partidária, acentuado especialmente a partir de 1956 com o Relatório Krushev. As críticas ao Comitê Central do PCB na década de 50, portanto, não podem estar dissociadas da gestação da Corrente, marcada por um processo mais lento e que se fortaleceria depois do golpe militar .

Conforme Jarbas Amorim, militante do PCB, em depoimento à polícia em 08-05-1974, a Corrente Revolucionária Nacional resultou dos seguintes pontos básicos:

- a) a partir das divergências internas do modo como o PCB vinha encaminhando as discussões e soluções dos erros cometidos pelo partido até 1964;
- b) O Comitê Central do partido queria solucionar sozinho todos os problemas, refutando opiniões de militância – os demais membros do partido ressentiam-se com tal fato.<sup>41</sup>

O momento em que a gestação da Corrente tornou-se mais visível ocorreu no contexto da elaboração do “Esquema para Discussão”, quando a discordância e o ressentimento gerado pelas medidas adotadas pelo Comitê Central na reunião de maio de 1965 levaram os militantes supracitados a travarem uma oposição interna à direção do PCB. A partir de 1966, percebe-se o início de um processo de autocritica por aqueles que seriam os dissidentes do PCB, sinalizando, então, a consolidação da “Corrente”, não a sua origem.

A rigor, a divisão do PCB materializava-se com mais intensidade a partir de 1966 e esta, não obstante, poderia ser descrita de forma peculiar por alguns militantes. Um Boletim Reservado do DOPS do Rio de Janeiro reproduzia, em 29/06/1966, a seguinte informação:

Batistinha teria dito a seus companheiros (em tarefa para reorganizar o PC junto aos ferroviários em SP) que o partido está dividido em 3 facções, assim discriminadas:

- 1 - A que quer alcançar o poder pela força, chefiada por Mário Alves e Jacob Gorender;
- 2 - A chefiada por Luis Carlos Prestes e Giocondo Dias;
- 3 - E a linha dos oportunistas, nos quais somente interessa “fazer finanças”, chefiada por Manoel Jover Teles e Ivan Ramos Ribeiro [...] <sup>42</sup>

Embora não saibamos quem era Batistinha, percebemos através da informação que não podemos falar em uma imagem homogênea sobre a cisão pelos militantes naquele momento. Embora Manoel Jover Teles e Jacob Gorender estivessem no mesmo grupo a favor da radicalização do processo revolucionário, a visão sobre Teles era no mínimo depreciativa comparada com a que o militante inquirido tinha de Gorender.

O ressentimento parece ter acompanhado a trajetória e a memória de muitos militantes de movimentos de esquerda no país, especialmente dos partidos comunistas. Para David Konstan, é geralmente um “[...] sentimento duradouro, não fugaz [...]”; ele “[...] é

cultivado e acalentado [...]”<sup>43</sup> e, em relação ao projeto comunista naquele período, também vinculado ao sentimento de frustração pela “derrota” da “Revolução”, sobrepujada de alguma forma pelo golpe militar de 1964. Muitos comunistas do Brasil, particularmente no contexto das cisões e dissidências da década de 1960, demonstraram ressentimento em suas memórias e depoimentos, especialmente pela impotência sentida diante do Golpe de 1964 e pela injustiça e intolerância percebidas em relação ao Comitê Central. Alguns depoimentos de presos políticos encontrados no Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ – corroboram esta percepção sobre a organização da Corrente, citada nos documentos policiais como Corrente Revolucionária Nacional<sup>44</sup>. O depoimento de Jarbas Amorim, expulso do PCB em 1967 por ter discordado das teses do VI Congresso Nacional do Partido, é um exemplo.

O poder disciplinar do núcleo dirigente do Partido manifestava-se, como dissemos anteriormente, em diversas situações, especialmente quando o militante mostrava-se contrário às determinações e orientações do Comitê Central, ou quando não apresentava comportamento adequado aos programas e estatutos do Partido. O auge dessa manifestação dava-se nas sessões de crítica e autocrítica e nas expulsões de militantes dos quadros do Partido. Como as tendências críticas no interior do PCB cresceram bastante a partir da década de 1950, não foi por acaso que, no Brasil, “[...] a partir dos anos 50 é que o partido passou a enquadrar e a disciplinar a vida privada do militante [...]” com mais afinco.<sup>45</sup> O núcleo dirigente passou a controlar e disciplinar os militantes de forma mais incisiva e repressiva, justificando sua postura na necessidade de manter (ou buscar) a unidade. Assim, opiniões de muitos militantes eram desconsideradas, causando ressentimentos como os de Jarbas Amorim. O ressentimento pode ser melhor compreendido a partir da definição dada por Roger Petersen, como “[...] a emoção que deriva da percepção de que o grupo ao qual se pertence está em uma posição injustamente subordinada em uma hierarquia de status [...]”<sup>46</sup>. Foi com esta percepção que a Corrente Revolucionária deu origem a outros partidos e movimentos<sup>47</sup>.

Geraldo Seixas Patrício, um dos dissidentes do PCB que também foi membro da Corrente e do PCBR, interrogado em abril de 1974 no DOI-CODI I Exército<sup>48</sup>, citou oito pontos sobre os quais os militantes da Corrente discordavam em relação ao PCB. Para ele, “[...] a linha política do PCB era deformada e oportunista [...]”, pois o partido “[...] seguia cegamente as instruções da Rússia e da China sem saber se as mesmas adaptavam-se ao Brasil [...]”<sup>49</sup>. Desse modo, um dos pontos de discordância era em relação à linha política. Conforme o depoimento de Geraldo, “[...] uma das diretrizes da Corrente Revolucionária Nacional [...]” era estar “[...] dentro da realidade nacional, sem sofrer pressões comunistas da China e Rússia [...]”<sup>50</sup>. Além disso, disse o depoente:

[...] que a direção nacional do PCB não tinha nenhum operário, representante autêntico das massas; que o PCB tinha se comportado até 1964 como se estivesse no governo, cometendo erros primários e facilitando com a segurança do partido; que os dirigentes do PCB mantinham ligações com os Partidos Comunistas da China e da Rússia com a finalidade de receberem ajuda financeira para desfrutarem de “boa-vida”; que o PCB preocupava-se muito em eleger deputados, a fim de ganhar prestígio e dinheiro; que os deputados, depois de eleitos, não defendem as linhas políticas do partido; que o PCB tinha se centralizado demais no CGT e nos sindicatos, ao invés de formar mais bases nas fábricas; que o PCB tinha se preocupado unicamente com o trabalho de conscientização de massas, refutando a preparação militarista; que o PCB preocupava-se muito em arrecadar finanças para manutenção dos militantes profissionais do partido [...].<sup>51</sup>

Para além de uma reflexão geral sobre ressentimento percebido nos depoimentos mencionados, também é importante refletir sobre o contexto de produção de fontes como estas. As investigações e correspondências sobre comunistas circulavam sistematicamente entre os órgãos da rede do SISNI – Sistema Nacional de Informações. Ele era formado por vários órgãos que se ramificavam formando uma rede eficiente e bem estruturada que abrangia vários setores das Forças Armadas e demais Ministérios. O cérebro



do SISNI era o SNI – Serviço Nacional de Informações – para onde convergiam todos os dados coletados pelos demais órgãos do sistema de forma a facilitar a troca de informações e o serviço de buscas e apreensões. Alfred Stepan chegou a salientar que o sistema brasileiro de inteligência, durante a ditadura militar, foi o mais autônomo e poderoso da América Latina ditatorial<sup>52</sup>. Desse modo, vale destacar que a criação da Escola Nacional de Informações (ESNI) pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) foi de fundamental importância na aparelhagem do sistema repressivo do Estado brasileiro. Com a desativação dos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1973, a ESNI se responsabilizaria pela formação dos agentes dos serviços de inteligência do Brasil. No depoimento de Marival Chaves Dias do Canto (ex-sargento do DOI-CODI de São Paulo na década de 1970), concedido a Pedro Estevam da Rocha Pomar, percebemos algumas das “técnicas” de interrogatório naquele contexto no qual Geraldo Patrício e Jarbas Amorim foram inquiridos:

[...] a prática utilizada para conseguir acordos semelhantes era chantagem, coersão irresistível. Isso é doutrinário, fiz vários cursos na Escola Nacional de Informações em que essa era a tônica: se diz que é necessário utilizar todos os artifícios, como coação, coerção, a utilização de parente como instrumento de chantagem, a desestabilização psicológica do preso, pagamento em dinheiro [...] <sup>53</sup>

Assim, também não se deve negligenciar a estrutura do aparato repressivo, particularmente em relação ao Sistema Nacional de Informações e sua conjuntura na década de 1970. Os cursos visando o treinamento de agentes para a “desestabilização psicológica” dos presos políticos se intensificaram e não por acaso o conjunto de métodos aprendidos e executados pelos agentes da repressão em meados da década de 1970 colaboraram para a associação do período à denominação “anos de chumbo”. O general Carlos Alberto da Fontoura, que esteve na chefia do Serviço Nacional de Informações, informou que no contexto de formação da ESNI o governo brasileiro enviou “os melhores oficiais” para vários serviços de informações que havia no exterior, particularmente para a

Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Israel. Segundo ele, os oficiais passaram um mês estudando e, ao retornarem ao Brasil com seus relatórios, foi possível organizar a ESNI, que funcionaria, sobretudo, a partir de 1972. Considerando esses fatores, seria no mínimo reducionista e ingênuo de nossa parte tratar os militantes comunistas presos naquele contexto apenas como “grandes delatores”, expressão utilizada recentemente pelo general Leônidas Pires, em entrevista que foi ao ar no programa *Globo News*<sup>54</sup>. É compreensível que no contexto da década de 1970 os presos políticos, sobretudo a partir de 1972, ao experimentarem os “novos” métodos de interrogatório esbarrassem em maiores dificuldades para resistir. Nos depoimentos pesquisados no Fundo de Polícias Políticas do APERJ e referenciados neste artigo, por exemplo, percebemos que todos os inquiridos citaram alguns nomes de companheiros, funções e locais de reuniões e, em alguns casos, também fizeram o reconhecimento de militantes nos álbuns fotográficos da polícia. Além disso, os depoimentos parecem mais longos se comparados a outros produzidos na década anterior, e com poucas intervenções por parte dos interrogadores. Conforme explicou o coronel Adyr Fiúza de Castro “[...] o medo era um grande auxiliar no interrogatório [...]”<sup>55</sup>. Não exaurindo outras possibilidades de análise, é importante realizar uma leitura que faça uma intercessão entre o ressentimento explícito no conteúdo dos depoimentos com as suas possibilidades contextuais de produção.

No mesmo interrogatório, Geraldo relata que foi através de Manoel Jover Teles, “membro da Direção Nacional da Corrente”, que ficou sabendo do processo de formação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR. Segundo ele, a notícia teria sido esclarecida por Jover Teles, em uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos, em 1967, pois “[...] o PCBR em meados dos anos 60 era estruturado no setor dos metalúrgicos em organizações de base (sindicatos)”<sup>56</sup>.

Como membro da “Direção Nacional da Corrente”, Jover Teles mobilizava militantes e sindicalistas (alguns membros da corrente eram sindicalistas) para a organização e composição da Direção Nacional do novo partido, o PCBR. Percebemos que, se uma das críticas feitas ao PCB era a ausência de um operário, um “autêntico representante das massas” na Direção Nacional, Jover Teles,

desse modo, possuía um capital simbólico potencial dentre os dissidentes<sup>57</sup>. Como havia sido operário e oriundo de família operária das minas de carvão do Rio Grande do Sul, carregava consigo essa qualidade, uma espécie de distintivo para galgar altos cargos em uma estrutura partidária comunista naquele contexto. Uma vez que sua ascensão dentro do PCB fora interrompida com a dissidência seguida de expulsão, sua condição identitária de operário contribuía-lhe positivamente no “currículo”, de forma que não se ausentou do universo comunista, ou pelo menos não foi rebaixado nas redes hierárquicas deste universo depois que foi expulso do PCB e ingressou em organizações dissidentes.

Foi nesse contexto de mobilização da Corrente, após divulgação das teses do VI Congresso realizado em dezembro de 1967, que Jarbas Amorim e outros militantes foram expulsos do PCB. Dentre os expulsos do “Partidão”, em 1967, estavam Manoel Jover Teles, Carlos Maringhella, Gorender, Mário Alves e outros, todos favoráveis a uma estratégia revolucionária de luta armada para o Brasil.

Jarbas Amorim salientou que Manoel Jover Teles era membro do secretariado do Comitê Central do PCB e que foi favorável à dissidência em 1967, ocasião na qual colaborou para a organização do PCBR. Foi em uma reunião ocorrida em outubro de 1967, em um Aparelho em Niterói, que membros da Corrente Revolucionária realizaram uma conferência que decidiu “[...] lutar pela formação de um novo partido com centralização democrática”<sup>58</sup>.

Faziam parte da comissão de elaboração e preparação da Conferência de criação do novo partido: Manoel Jover Teles (“T.J.Paulo”; “Rui”), Armando Teixeira Frutuoso (“Juca”), o depoente e Jader de tal (“Jadir”); que Jader de tal (“Jadir”) abandonou a comissão antes da conferência; que Apolônio Pinto de Carvalho (“Lima”; “Alves”; “Neves”, “Ivo”) foi eleito para a Comissão na vaga deixada por Jader de tal; que tentaram trazer Carlos Mariguela e não deu certo.<sup>59</sup>

Voltando ao processo de formação do PCBR, a leitura de cinco interrogatórios policiais do Fundo de Polícias Políticas do APERJ

também permite perceber que algumas divergências foram intensificadas no interior da própria Corrente, especialmente em relação aos caminhos que deveriam ser assumidos para fazer a Revolução<sup>60</sup>. Perante as punições e intervenções aplicadas pelo PCB, sobretudo a partir de setembro de 1967, os membros da Corrente realizaram uma reunião nacional em outubro, na cidade de Niterói. A partir do encontro de outubro de 1967, os grupos heterogêneos que compunham a Corrente dividiram-se originando diferentes organizações políticas conforme já mencionado. Neste artigo, enfatizaremos apenas uma dessas organizações, o PCBR.

A conferência de criação do PCBR, conforme relatou Amorim, ocorreu nos dias 11 e 12 de abril de 1968. As principais resoluções do novo partido ficaram assim resumidas:

- a) necessidade da participação da classe operária no processo de revolução; que o aliciamento operário para o Partido seria feito em dois estágios paralelos: primeiro: conscientização ideológica; segundo: preparação militarista, com vistas a uma revolução armada;
- b) necessidade da afirmação do Partido como dirigente único da classe operária;
- c) preparação de infra-estrutura necessária à deflagração da guerrilha urbana e rural,<sup>61</sup>

A ênfase das primeiras resoluções do PCBR, como podemos perceber no excerto acima, estava na oficialização de um rompimento com a postura do PCB baseada no “etapismo pacifista”. Já na Conferência de organização do novo partido, ficava claro que o PCBR, assumia a linha da luta armada e que era necessário preparar quadros neste sentido. Na mesma Conferência de criação do PCBR, foram distribuídos os cargos de direção da nova instituição. Tais cargos foram citados explicitamente na documentação pesquisada no Fundo de Polícias Políticas do APERJ, contrariando a conclusão precipitada de Renato da Silva Della Vechia em sua dissertação de mestrado, quando disse que “[...] como não existem documentos com nomes, nem mesmo de nomes ‘frios’, a reconstituição das

direções depende da memória de ex-militantes ainda vivos”<sup>62</sup>. De acordo com o interrogatório 69/74, por exemplo, a configuração da direção do PCBR havia ficado da seguinte forma:

- a) Comissão Executiva (equivalente a “Direção Nacional”):
  - Nilo;
  - Apolônio Pinto de Carvalho;
  - Mario Alves de Souza Vieira (“Martim Silva”; “Vila”; “Silveira”);
  - Miguel Batista dos Santos (“Rodrigo”);
  - Bruno Costa Albuquerque Maranhão (“Paulo”);
  - Salatiel Teixeira Rolins (“Julio”; “Pena Forte”);
  - Jacob Gorender (“Sabino”; “Gonçalves”; “Valter”, “Geraldo”);
  - Manoel Jover Teles (“T. J. Paulo”; “Rui”);
  - o depoente;
- b) Primeiro Secretariado:
  - Mario Alves, o depoente, Apolônio, Miguel e Manoel Jover Teles.<sup>63</sup>

Entre os dias 25 e 30 de abril de 1968, foi realizada a primeira reunião da Comissão Executiva do PCBR. Geraldo informou à polícia que a reunião ocorreu em um apartamento em Del Castilho, Rio de Janeiro, e que durou um dia. Além disso, citou nomes de militantes que lá haviam comparecido, dentre eles Jover Teles. Nesse encontro, que serviria para formalizar a existência do novo partido, foi discutida a organização de um plano de trabalho para o PCBR. Um mês depois da reunião, Geraldo relatou que houve um “racha” dentro do partido devido ao fato de “[...] Manoel Jover Teles (‘T. J. Paulo’; ‘Rui’), Helena Boaventura Neto (Hilda) e Geraldo Soares Silva (‘Átila’) terem saído do PCBR e terem ido para o PCdoB”<sup>64</sup>.

A entrada de Jover Teles no PCdoB parece ser mais complexa do que as explicações contidas nos interrogatórios policiais. Gorender, ao se referir à reunião de abril de 68, registrou:

Em meados de abril de 1968, num sítio fluminense situado em lugar alto da Serra da Mantiqueira, reuniu-se a assembleia fundadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Presentes cerca de vinte e cinco pessoas, entre ex-membros do CC do PCB e delegados de bases partidárias de vários Estados. Já então estávamos informados de que Jover Telles fazia alicia-mento na Guanabara para o PCdoB. Além dele, sabíamos que Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque e mais dois delegados presentes eram membros do partido stalinista-maoísta. Preferimos não levantar a questão desta duplicidade, uma vez que desviaria a reunião de sua finalidade de formalizar a existência do novo partido. Mas se podia prever que ele nascia sob o signo da cisão e não da unidade.<sup>65</sup>

Jacob Gorender observou que a formação do PCBR ocorreu tardiamente devido à “indefinição” de alguns militantes. Enquanto “outras organizações já estavam definidas”, disse ele, “nós ainda discutíamos”. Essa situação teria sido aproveitada pelo PCdoB que, com a colaboração de Jover Teles, “lançou sua rede”. “Jover Teles, já acertado com o PCdoB desde não se sabe quando, foi instruído a esconder o acordo e continuar a atuação no nosso meio, com vistas ao recrutamento de egressos do PCB”<sup>66</sup>, afirmou Gorender. Para os militantes Geraldo e Amorim, Jover Teles entrou para o PCdoB na situação definida como “racha do PCBR”. Para Gorender, um dos líderes da Corrente Revolucionária e membro da Direção Nacional do PCBR, Jover já estaria no PCdoB no momento da criação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, atuando neste último para atrair mais dissidentes para as fileiras do PCdoB.

Inicialmente, o PCdoB, criado em 1962 a partir da cisão ocorrida no PCB, buscou alinhar-se internacionalmente com o Partido Comunista da União Soviética. O reconhecimento por parte do PCUS traria para o PCdoB o respeito e o apoio necessários para a legitimação da nova instituição. Todavia, a postura do PCUS se deu em sentido contrário. A URSS reconheceu apenas o PCB como o verdadeiro partido comunista em atuação no Brasil, negando ao PCdoB o reconhecimento impetrado. Jean Rodrigues Sales observou que conversações com Cuba e China ocorreram simultaneamente com a tentativa de aproximação e reconhecimento por parte da URSS e que a opção pela linha chinesa ocorreu apenas a partir de 1963, com o rompimento entre o PCC e o PCUS<sup>67</sup>. O maoísmo

chinês, diferentemente do foquismo cubano, “[...] subordinou o fator militar ao fator político, ou seja, o partido deveria preceder a guerrilha [...]”, sem romper com “[...] a proposta de revolução por etapas, diferentemente do foquismo que propunha uma revolução imediatamente socialista”<sup>68</sup>.

O alinhamento com o Partido Comunista Chinês foi extremamente importante para firmar a defesa da posição da luta armada junto aos militantes do PCdoB. Aliada à estratégia que ficaria conhecida como “Guerra Popular Prolongada”, a adesão ao maoísmo possibilitou a organização do PCdoB, bem como a preparação e a eclosão da Guerrilha do Araguaia, tática que seria o pomo de novas divergências e crises entre os comunistas do PCdoB.

### **Considerações finais**

Analisamos até aqui os principais fatores citados na historiografia para explicar a cisão do PCB e o surgimento do PCdoB. O “desmascaramento de Stálin” no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, abalou profundamente a unidade do “Partidão”. O Relatório Khrushchev evidenciou um dos motivos mais citados da dissidência comunista: o conflito entre stalinistas e antistalinistas. Esse conflito é fator procedente em nossa análise sobre a cisão que originou o PCdoB e o PCBR, pois as críticas ao stalinismo modificaram olhares e sentimentos de militantes em relação ao modelo stalinista e às orientações da URSS ao PCB. Todavia, embora tenha sido um fator que aprofundou as divergências entre os comunistas, exemplos da historiografia sobre o referido tema e os inquéritos policiais pesquisados permitem-nos concluir que a lógica stalinista x antistalinista não é suficiente para explicar a dissidência comunista dos anos 50 e 60. É oportuno esclarecer que não devemos generalizar o posicionamento dos militantes que saíram do PCB em relação ao antistalinismo, pois a rígida estrutura partidária, acompanhada por um extremo centralismo nas tomadas de decisões pelo núcleo dirigente do PCB, foi um dos principais obstáculos enfrentado pelos comunistas que iniciaram um movimento de autocrítica a partir de 1956, até que deixassem o partido.

A repressão e a rigidez do PCB sobre os militantes que se opuseram às determinações da “Carta Rolha” também foram decisivas para o fortalecimento de movimentos dissidentes. Como vimos, muitos comunistas foram expulsos ou ficaram afastados de determinados setores e funções de militância e as redações de jornais passaram a sofrer maior interferência do núcleo dirigente do PCB, que passou a reprimir e censurar os comportamentos considerados como “indisciplina”, ou como “golpe à unidade partidária”.

Também concebemos o papel desempenhado pela produção intelectual que surgiu dentro do próprio partido, sobretudo depois do golpe militar de 64. A conjuntura daquele período pós-golpe acirrou ainda mais os ânimos daqueles que estavam descontentes com a política pacifista da direção do PCB em sufocar um movimento de autocritica que se fez necessário após o golpe. Nesse sentido, uma produção intelectual trazia novas bases para interpretar a realidade brasileira como favorável a uma radicalização da luta política em prol de uma revolução.

Em nome da unidade, o “Partidão” gerou muitos desafetos e causou muito ressentimento. Guardando as diferenças dos contextos de produção das fontes de pesquisa utilizadas neste trabalho, o ressentimento esteve presente em muitas memórias de militantes que, especialmente pela impotência sentida diante do Golpe de 1964 e pela injustiça e intolerância percebidas em relação ao Comitê Central, organizaram o que nos parece ter sido o primeiro movimento concreto da dissidência comunista entre meados dos anos 50 e início dos anos 60: a Corrente Revolucionária Nacional. Heterogênea, a Corrente, enquanto tendência crítica no interior do PCB, influenciou diferentes cisões, nas quais originaram-se outros partidos e movimentos de esquerda, como o PCBR.



## COMMUNIST DISSIDENCE: THE SPLITTING OF THE PCB TO THE FORMATION OF PCBR IN THE 1960S

**Abstract:** The aim of this paper is to characterize the context of the differences that marked the PCB and gave rise to movements and institutions dissident like the “Corrente Revolucionária Nacional”, the “Partido Comunista Brasileiro Revolucionário” – PCBR – and PCdoB. Are analyzed documents produced by agencies of repression, especially interrogations circulated by Intelligence Services of the Armed Forces in the 60s and 70s and that compose the collection of the Police Fund Policies of the Public Archives of the State of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Communism. Revolutionary Brazilian Communist Party. Communist dissent.

### Notas

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão modificada de parte de um capítulo de minha tese de doutorado em História, apresentada e aprovada em março de 2012 em banca de qualificação no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Na ocasião, os membros da banca avaliadora foram a prof<sup>a</sup> Dra. Marluza Marques Harres (orientadora), o prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS) e a prof<sup>a</sup> Dra. Eliane C. Deckman Fleck (Unisinos).

<sup>2</sup> Conforme esclarece Dulce Pandolfi, “[...] o PCB foi criado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, passando depois a ser chamado de Partido Comunista do Brasil e só vindo a adotar a denominação Partido Comunista Brasileiro em 1961” (1995, p. 23).

<sup>3</sup> Ver Pacheco (1984), Cavalcante (1986), Pomar (2000), Pandolfi (1995), Segatto (1989), Chilcote (1982), Gorender (1987), Reis Filho (1990; 2002), Sales (2007), dentre outros.

<sup>4</sup> GORENDER, 1987, p. 21.

<sup>5</sup> PALDOLFI, 1995, p. 176.

<sup>6</sup> Compartilhamos com a aceção de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho quando, inspirados em Norberto Bobbio, definiram “Esquerda” como “[...] forças e lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva e pela mudança – reformista ou revolucionária – no sentido da igualdade” (*apud* FERREIRA e REIS FILHO, 2007, p. 11).

<sup>7</sup> GORENDER, Jacob. Entrevista concedida ao autor em 24-02-2011.

<sup>8</sup> *Apud* Carone, 1982, v. 2, p. 157.

<sup>9</sup> PRESTES, Luís Carlos. *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro sobre o Debate Político*. Imprensa Popular, RJ, 20 de novembro de 1956, p. 3.

<sup>10</sup> PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil. RS: Ed. Globo, 1962.

<sup>11</sup> PERALVA, *id.*, p. 185.

<sup>12</sup> PERALVA, *id.*, *ibid.*

<sup>13</sup> Carta de Jorge Amado a João Batista de Lima e Silva, publicada na Imprensa Popular dia 11 de outubro de 1956, citada por Peralva, 1962, p. 186.

<sup>14</sup> PERALVA, *id.*, p. 230.

<sup>15</sup> PERALVA, *id.*, p. 231.

<sup>16</sup> Voz Operária, 20-04-1957, p. 5, In: Carone, 1982, p. 123-127.

<sup>17</sup> POMAR, Valter Ventura da Rocha. *Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão*. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.

<sup>18</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 270.

<sup>19</sup> *Id.*, *Ibid.*, p. 273.

<sup>20</sup> Expressão cunhada por Jacob Gorender como título do capítulo 10 da obra “Combate nas Trevas”.

<sup>21</sup> As “Internacionais” foram resultado da repercussão das correntes socialistas que participaram da Associação Internacional dos Trabalhadores que, mais tarde, fora denominada de “Primeira Internacional”. Como nos explica Leandro Konder (2003), “[...] apesar das sensíveis diferenças de opinião, os líderes dos movimentos operários procuravam se organizar internacionalmente, a partir da constatação de que a burguesia dos diversos países já estava organizada em escala mundial” (p. 16). A Primeira Internacional aglutinou representantes de várias tendências do pensamento socialista, teve como principal teórico Karl Marx e funcionou entre 1864 e 1872. A Segunda, fundada após a morte de Marx em 1889, segundo Konder, ainda existe e aglutina em torno de si os social-democratas. A Terceira, fundada pelos bolcheviques, conhecida como a Internacional de Lênin e Stálin, foi organizada em 1919 e se autodissolveu em 1943. “A Quarta – a de Trotski – continua funcionando, mas tem enfrentado crises sucessivas [...]” (p. 24).

<sup>22</sup> SOUZA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2006, p. 52.

<sup>23</sup> POMAR, V. *op. cit.*, p. 270.

<sup>24</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 274.

<sup>25</sup> GORENDER, 1987, p. 73.

<sup>26</sup> POMAR, V. *op. cit.*, p. 276.

<sup>27</sup> POMAR, V., *id.*, p. 278-279.

<sup>28</sup> SALES, 2007, p. 68-69.

<sup>29</sup> SALES, *id.*, p. 69.

<sup>30</sup> Ver PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

<sup>31</sup> SALES, *id.*, *ibid.*

<sup>32</sup> PANDOLFI, 1995, p. 179.

<sup>33</sup> É importante salientar que o PCB foi declarado extinto em Janeiro de 1992 e que, muito embora tenha sido extinto enquanto instituição, sobreviveria como orientação identitária para os militantes do PCdoB, partido tributário da memória e da cultura comunista do “Partidão” desde a cisão responsável por sua origem. Ver, nesse sentido, os trabalhos de Pandolfi (1995) e Sales (2003).

<sup>34</sup> SALES, *id.*, p. 70.

<sup>35</sup> O COMUNISMO no Brasil. Inquérito Policial Militar 709. v. 4 – A Ação Violenta. RJ: Biblioteca do Exército, 1967, p. 373.

<sup>36</sup> GORENDER, 1987, p. 87.

<sup>37</sup> GORENDER, 1987, p. 88.

<sup>38</sup> GORENDER, *id.*, p. 88-89.

<sup>39</sup> GORENDER, *id.*, *ibid.*

<sup>40</sup> FALCÓN, Gustavo. Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970). 2007. 207p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 27. A expressão “heterogênea” parece assertiva especialmente por que da Corrente teriam origem diferentes organizações políticas, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) etc.

<sup>41</sup> INTERROGATÓRIO N° 77/74 – DOI/CODI I EX. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim (“Jair”, “Ribas”, “Bruno”). Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, f. 274 (Jarbas Amorim, de acordo com as notas policiais no documento pesquisado, pertenceu ao PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR e MR-8).

<sup>42</sup> BOLETIM RESERVADO N° 65. Departamento Estadual de Segurança Pública / DOPS. Rio de Janeiro, 29/06/1966. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: Boletim Reservado, notação: 65, s.p.

<sup>43</sup> KONSTAN, David. Ressentimento – história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.) *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. SP, Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 61.

<sup>44</sup> INTERROGATÓRIOS N° 68/74, 69/74, 77/74, 79/74 e 109/74.

<sup>45</sup> FERREIRA, 2002, p. 133.

<sup>46</sup> Roger Petersen, citado por Konstan, *id.*, *ib.*

<sup>47</sup> É necessário salientar que não queremos dizer que o ressentimento explique, sozinho, as declarações dos depoentes. Reconhecemos que ao pesquisar documentos das Polícias Políticas estamos, invariavelmente, lidando com arquivos de regimes repressivos que utilizavam diferentes métodos para obter determinadas informações dos depoentes, dentre eles a tortura. Objetivamos, desse modo, salientar a presença do ressentimento nos discursos dos depoentes, ressentimentos que, em relação ao PCB, ajudam a entender os principais pontos divergentes que levaram à cisão de 1962 e à formação de outras instituições partidárias, como o PCBR.

<sup>48</sup> INTERROGATÓRIO Nº 69/74 – DOI/CODI I EX. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Organização: PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1974, das 13h às 17h. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

<sup>49</sup> *Id.*, *Ibid.*, f. 214.

<sup>50</sup> *Id.*, *Ibid.*, f. 210.

<sup>51</sup> *Id.*, *Ibid.*, fs. 212-214.

<sup>52</sup> STEPAN, Alfred. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

<sup>53</sup> POMAR, P. E., 2006, p. 186.

<sup>54</sup> ENTREVISTA DO GENERAL LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES SOBRE OS 25 ANOS DO FIM DA DITADURA MILITAR. Dossiê Globonews. Rio de Janeiro, Rede Globo, 03 de abril de 2010.

<sup>55</sup> Depoimento de Adyr Fiúza de Castro concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares *In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 60.

<sup>56</sup> INTERROGATÓRIO Nº 68/74 – DOI/CODI I EX. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Organização: PCB, Corrente Revolucionária Nacional, PCBR. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128, f. 217.

<sup>57</sup> O conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu configura uma medida ou espécie de poder ligado ao prestígio e/ou carisma que um sujeito ou instituição possui em um campo determinado. Este capital, como uma distinção, permite ao indivíduo desfrutar de certa posição de destaque em certo campo, e tal projeção é reforçada por signos peculiares que reafirmam a posse deste capital. Ver Bourdieu (2011a; 2011b).

<sup>58</sup> Conforme INTERROGATÓRIOS Nº 77 e 79/74 – DOI/CODI I EX. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

<sup>59</sup> INTERROGATÓRIO Nº 77/74 – DOI/CODI I EX, *id.*, p. 6, f.269.

<sup>60</sup> INTERROGATÓRIOS N° 68/74, 69/74, 77/74, 79/74 e 109/74.

<sup>61</sup> INTERROGATÓRIO N° 79/74 – DOI/CODI I EX. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim (“Jair”, “Ribas”, “Bruno”). Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Políticas Políticas, setor: comunismo, notação 128, fs. 261-262.

<sup>62</sup> DELLA VECHIA, Renato da. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005, p. 93.

<sup>63</sup> INTERROGATÓRIO N° 69/74, *id.*, fs. 260-261. O interrogatório também apresenta a estruturação e reestruturação do PCBR a partir de seus comitês a nível nacional, estadual e municipal entre os anos de 1968 e 1969.

<sup>64</sup> INTERROGATÓRIO N° 79/74, *op. cit.*, f. 256.

<sup>65</sup> GORENDER, 1987, p. 102.

<sup>66</sup> GORENDER, *id.*, p. 101.

<sup>67</sup> SALES, 2007, p. 74-75.

<sup>68</sup> SALES, *id.*, p. 75.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. 11ª ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2011b.

CARONE, Edgard. *O PCB*. São Paulo: Difel, v. 2, 1982.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EDUFF/PRO-ED, 1986.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio, Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELLA VECHIA, Renato da. *Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *BOLETIM RESERVADO N° 65*. Departamento Estadual de Segurança Pública / DOPS. Rio de Janeiro, 29/06/1966. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: Boletim Reservado, notação: 65.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório N° 68/74 – DOI/CODI I EX*. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório N° 69/74 – DOI/CODI I EX*. Interrogado: Geraldo Seixas Patrício. Rio de Janeiro 5 de abril de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório N° 77/74 – DOI/CODI I EX*. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Interrogatório N° 79/74 – DOI/CODI I EX*. Interrogador: Agenor; Interrogado: Jarbas Amorim. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1974. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo de Polícias Políticas, setor: comunismo, notação 128.

FALCÓN, Gustavo. *Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)*. 2007. 207p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: EdUFF/ Mauad, 2002.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. vol.1: A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. SP: Ática, 2ª ed., 1987.

GORENDER, Jacob. *Sobre a militância comunista e Jover Teles*. Entrevista concedida ao autor em 24-02-2011. São Paulo, residência do entrevistado, 2011.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KONDER, Leandro. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2003.

KONSTAN, David. Ressentimento – história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.) *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. SP, Campinas: Editora Unicamp, 2004.

O COMUNISMO no Brasil. *Inquérito Policial Militar 709*. v. 4 – A Ação Violenta. RJ: Biblioteca do Exército, 1967.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros*. História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. *Comunistas do Brasil*. Interpretações sobre a cisão. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.

PRESTES, Luís Carlos. *Carta ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro sobre o Debate Político*. Imprensa Popular, RJ, 20 de novembro de 1956.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil, 2ª ed. São Paulo: brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, v. 5: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2002.

SALES, Jean Rodrigues. *O PCdoB conta a sua história: tradição, memória e identidade política*. Diálogos. Maringá, 2003, p. 155-71.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, v. 6: partidos e movimentos após os anos 1960. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SOUZA, Deusa Maria de. *Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2006.

STEPAN, Alfred. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

Recebido em: 31/05/2012

Aprovado em: 25/09/2012